



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640126 - SP (2021/0013221-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FABIO JACYNTHO SORGE - SP247667
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOÃO DAS NEVES (PRESO)
CORRÉU : BENEDITO GABRIEL PIRES DA SILVA
CORRÉU : JOSE CARLOS ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO DAS NEVES em que aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 01055952.3/4-0000-000).

O paciente foi condenado como incurso no art. 155, §4º, IV do CP, a pena de 2 anos de reclusão, no regime inicial aberto e ao pagamento de 10 dias-multa, convertida a pena privativa de liberdade em restritivas de direito, prestação de serviços à comunidade ou entidade pública, mediante o pagamento de 2 salários-mínimos à vítima.

Sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que *"faltam provas sobre a autoria delitiva, tendo a decisão se baseado nos elementos informativos colhidos no Inquérito Policial, violando o artigo 155 do CPP"* (e-STJ fl. 5). Ressalta não ser *"possível diante das provas produzidas concluir que foi o peticionário que praticou o delito"* (e-STJ fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a absolvição do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*.

Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência